Naviraí – MS, 13 de abril de 2020.

**EDITAL**

**CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 029/2020**

Chamada (Pública n.º 002/2020, para AQUISIÇÃO DE FRANGO INTEIRO (SEMI-CAIPIRA) DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL **CONFORME §1º DO ART.14 DA LEI N.º 11.947/2009 E RESOLUÇÕES N.º 026/2013/CD/FNDE E, 004/2015/CD/FNDE/MEC** E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES. PEDIDO DE COMPRA Nº 013/2020 - ITEM DESERTO NA CHAMADA DE Nº 01.

A **Prefeitura Municipal de Naviraí**, pessoa jurídica de direito público, com sede na **Praça Prefeito Euclides Antônio Fabris, n.º 343, em Naviraí, Estado de Mato Grosso do Sul**, inscrita no CNPJ sob nº. **03.155.934/0001-90**, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor **José Izauri de Macedo**, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art.14, da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções n.º 026/2013/CD/FNDE e, 004/2015/CD/FNDE/MEC, por meio da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria nº 227, de 27 de fevereiro de 2020, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, durante o **período letivo do exercício de 2020.** Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no período de **07 DE MAIO DE 2020, às 8h**, na sede da Prefeitura Municipal de Naviraí, sito Paço Municipal.

1 –OBJETO

O objeto da presente, Chamada Pública é a aquisição de produtos da agricultura familiar, para atender o programa de alimentação escolar da REME – rede municipal de ensino, do município de Naviraí – MS, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | **\*Preço de Aquisição (R$)** |
| Código | Item | Descrição | Unid. | Qtde. | Valor unitário | Valor Total |
| **Código** | **Item** | **Descrição** | **Unid.** | **Qtde.** |  |  |
| 22501 | 21 | FRANGO INTEIRO SEMI-CAIPIRA. | KG | 3.000 | 15,83 | 47.484,00 |

|  |  |
| --- | --- |
| Valor total estimado para a aquisição dos itens: | **R$ 47.484,00 (quarenta e sete mil quatrocentos e oitenta e quatro reais)** |

\*Preço de aquisição é os preços máximos a ser pago ao fornecedor da agricultura familiar. (Resolução FNDE 26/2013, Art.29).

1. - FONTE DERECURSO

As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão a cargo das seguintes dotações orçamentárias:

|  |  |
| --- | --- |
| Órgão | **: PODER EXECUTIVO** |
| Unidade | **: GERENCIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA** |
|  |
| Órgão/Unidade | Função | Sub Função | Programa | Destino | Projeto/Atividade | Elemento de Despesa | Cod.Reduzido |
| **0105** | **12** | **306** | **502** | **2** | **21** | **339030070000** | **1564** |

3 - HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

Os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de Fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais, de acordo com o Art. 27 da Resolução FNDE nº 26/2013

3.1 - ENVELOPE Nº 001 –HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR INDIVIDUAL (não organizado em grupo).

O Fornecedor Individual deverá apresentar no envelope nº 01 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

1. Comprovante de Situação Cadastral no CPF

(<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>)

1. Certidão de Regularidade com a União;

(<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/certidoes-e-situacao-fiscal>)

1. Certidão de Regularidade com o Estado;

(<https://servicos.efazenda.ms.gov.br/pndfis/Home/Emissao>)

1. Certidão de Regularidade com o Município sede do licitante;

(<http://187.6.10.202:9090/cidadao/servlet/br.com.cetil.ar.jvlle.hatendimento>)

1. Certidão de Regularidade com Ministério do Trabalho;

(<http://www.tst.jus.br/web/guest/certidao>)

1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial;

(<https://www.tjms.jus.br/esaj/portal.do?servico=810100>)

1. Extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
2. Documentação comprobatória de Serviço de Inspeção, podendo ser municipal, estadual ou federal - Para produtos de origem animal; e
3. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

3.2 - ENVELOPE Nº 01 –HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL

O Grupo Informal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

1. Comprovante de Situação Cadastral no CPF

(<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>)

1. Certidão de Regularidade com a União;

(<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/certidoes-e-situacao-fiscal>)

1. Certidão de Regularidade com o Estado;

(<https://servicos.efazenda.ms.gov.br/pndfis/Home/Emissao>)

1. Certidão de Regularidade com o Município sede do licitante;

(<http://187.6.10.202:9090/cidadao/servlet/br.com.cetil.ar.jvlle.hatendimento>)

1. Certidão de Regularidade com Ministério do Trabalho;

(<http://www.tst.jus.br/web/guest/certidao>)

1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial;

(<https://www.tjms.jus.br/esaj/portal.do?servico=810100>)

1. Extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
2. Documentação comprobatória de Serviço de Inspeção, podendo ser municipal, estadual ou federal - Para produtos de origem animal; e
3. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

3.3 - ENVELOPE Nº 01 –HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL

O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

1. Cópias do **Estatuto e Ata de posse** da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
2. Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**), da mesma licitante que irá participar deste Pregão, bem como, faturar e entregar o objeto licitado;(<https://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao2.asp>)
3. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Federal** por meio da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e a Divida Ativa da União, e débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, expedida pela Secretaria de Receita Federal do Brasil, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; (<https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp>)
4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** por meio da apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa;(<https://servicos.efazenda.ms.gov.br/pndfis/Home/Emissao>)
5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** por meio da apresentação de Certidão (Débitos Gerais) Negativa ou Positiva com efeito de Negativa, relativa aos tributos municipais, expedida pela Secretaria Municipal sede da licitante;(<http://187.6.10.202:9090/cidadao/servlet/br.com.cetil.ar.jvlle.hatendimento>)
6. Prova de regularidade de FGTS - **Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)**, emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente, na forma da Lei; (<https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp>)
7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º. de maio de 1943;(<http://www.tst.jus.br/web/guest/certidao>)

1. Certidão negativa de **falência ou recuperação judicial**, expedida pelo distribuidor ou distribuidores, se for o caso, da sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. Caso não houver prazo fixado, a validade será de 60 (sessenta) dias;(<https://www.tjms.jus.br/esaj/portal.do?servico=810100>)
2. Extrato da **DAP Jurídica** para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
3. Documentação comprobatória de **Serviço de Inspeção**, podendo ser municipal, estadual ou federal - Para **produtos de origem animal**;
4. Declaração que todos os produtos (gêneros alimentícios) a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;
5. Declaração que o representante legal Associação/cooperativa(Conforme Estatuto e Ata) éresponsável pelo controle do atendimento do **limite individual de venda** de seus cooperados/associados.
6. Declaração que ira promover o abastecimento em dia, horário e local solicitada na ordem de fornecimento.

4 - ENVELOPE Nº 02 – PROJETO DE VENDA

4.1 - No **Envelope nº 02** os Fornecedores Individuais, Grupos Informais ou Grupos Formais deverão apresentar o **Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar** conforme anexos do presente edital.

4.2 O(s) projeto(s) de venda a ser(em) contratado(s) será(ão) selecionado(s) conforme critérios estabelecidos pelo art. 25 da Resolução.

4.3 Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ E DAP jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.

4.4Na ausência ou irregularidade de qualquer dos documentos de habilitação, fica facultado à Prefeitura a abertura de prazo para a regularização da documentação, nos termo do parágrafo 4º do artigo 27 da Resolução FNDE nº 04/2015.

5- CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOSBENEFICIÁRIOS

5.1 Para seleção, os projetos de venda habilitadas serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

 5.2 Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I – O grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demaisgrupos.

II – O grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.

III – O grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.

5.3 Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I – Os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entreestes;

II – Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de2003;

III – Os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física);

5.4 Caso a Entidade Executora não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 5.2e5.3.

5.5No caso de empate entre grupos formais, terão prioridade organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAPJurídica.

 5.6Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizaçõesfinalistas.

**6 - CONTRATAÇÃO**

6.1 As obrigações decorrentes desta licitação, a serem firmadas entre a Administração Municipal e a licitante vencedora, serão formalizadas através de Contrato, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos, na legislação vigente e na proposta do licitante vencedor.

6.2 O Contrato de Compra e Venda de gêneros alimentícios que deverá ser celebrado entre o Município e o(s) Fornecedor (es) habilitados nesta Chamada Pública, será feito conforme modelo constantes no **ANEXO I.**

6.3 A Administração Municipal convocará formalmente através de publicação no Diário Oficial dos Municípios (Assomasul) a licitante vencedora para assinar o Contrato. O representante da empresa convocada deverá comparecer dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da publicação, para assinatura do referido documento.

6.4 O prazo estipulado no subitem 6.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração Municipal.

7 -LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS

A entrega dos gêneros alimentícios deverá respeitar o cronograma abaixo:



8 - PAGAMENTO

8.1 O pagamento será feito pela Administração Municipal de Naviraí - MS, em até 30 (trinta) dias após a data do recebimento dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Recibo.

8.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal/Recibo, documento em papel timbrado da empresa informando a Agencia Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento, bem como, devolver a Ordem de Fornecimento original enviada pela Gerência Solicitante dos produtos. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais/Recibos.

8.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal/Recibo para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

8.4 O pagamento só será efetuado após a comprovação pela contratada de que se encontra em dia com suas obrigações, mantendo as mesmas condições habilitatórias:

* Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal por meio da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e a Divida Ativa da **União** e débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, expedida pela Secretaria de Receita Federal do Brasil, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.
* Prova de regularidade para com a Fazenda **Estadual** por meio da apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa;
* Prova de regularidade para com a Fazenda **Municipal** por meio da apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, relativa aos tributos fiscais, expedida pela Secretaria Municipal sede da licitante;
* Certificado de Regularidade do **FGTS** (CRF), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente, na forma da Lei.
* Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do **Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º. de maio de 1943 (www.tst.jus.br/certidão);

8.5 A critério da contratante poderão ser utilizados créditos da contratada para cobrir dívidas de responsabilidades para com ela, relativos a multas que lhe tenham sido aplicados em decorrência da irregular execução contratual.

8.6 A Nota Fiscal/Recibodeverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

8.7 A Nota Fiscal/Recibo deverá ser preenchida com as descrições dos itens constantes na Ordem de Fornecimento, bem como quantidade, valor unitário, valor total de cada item e valor total da nota, ou seja, em conformidade com a proposta de preços apresentada no processo licitatório.

8.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa do Contratante, o valor devido será acrescido de encargos moratórios calculados desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, o valor original deverá ser atualizado pelo IGPM-DI da FGV, acrescido de 0,5% (meio por cento) de juros de mora por mês ou fração.

9 - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 A presente Chamada Pública deverá atender aos seguintes locais

9.2 Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.

9.3 O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora, e obedecerá as seguintesregras:

I – Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R$20.000,00 (vinte mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora.

II – Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula: Valor máximo a ser contratadonº de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica x R$ 20.000,00.

9.4 A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um **Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar** que estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da chamada pública e da proposta a que se vinculam, bem como do Capítulo III – Dos Contratos, da Lei 8.666/1993.

**10 – FAZEM PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL**;

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Anexo | I  | Modelo de contrato de venda; |
| Anexo | II  | Modelo de projeto de venda; |
| Anexo  | III  | Declaração de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda dos cooperados/associados (grupos formais); |
| Anexo | IV  | Declaração do agricultor familiar– produção própria (grupos formais); |
| Anexo | V  | Declaração do agricultor familiar– produção própria para (grupos informais ou fornecedores individuais); |
| Anexo  | VI  | Declaração do agricultor familiar– promover o abastecimento em dia, horário e local solicitada na ordem de fornecimento (grupos formais); |
| Anexo  | VII  | Declaração do agricultor familiar– promover o abastecimento em dia, horário e local solicitada na ordem de fornecimento (grupos informais ou fornecedores individuais). |

Eu, Viviane Ribeiro Bogarim Capilé, Servidora Pública Municipal, digitei o presente edital com autorização do ordenador de despesas, e eu, Sergio Henrique dos Santos, Gerente de Finanças conforme Decreto nº. 042/2018, conferi-o e a subscrevi.

**Viviane Ribeiro Bogarim Capilé**

Servidora Pública Municipal

Matrícula: 2599-5

Naviraí - MS, 13 de abril de 2020.

**Sergio Henrique dos Santos**

Gerente de Finanças

Conforme Decreto nº 042/2018

ANEXO I - MODELO PROPOSTO DE CONTRATO

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/2020**

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DEGÊNEROSALIMENTÍCIOSDA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

O Município de Naviraí, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Praça Prefeito Euclides Antônio Fabris n.º 343, inscrita no CNPJ sob nº 03.155.934/0001-90, pessoa jurídica de direito público, representada neste ato pela Sra.**Caroline Touro Beluque Eger**, Gerente de Educação e Cultura e Ordenadora de Despesas conforme Decreto nº. 084/2018 e Superintendente da Fundação Cultural conforme Decreto nº. 035/2017, brasileira, portadora do CPF/MF nº. 992.652.061-87 e Cédula de Identidade RG nº. 114.0551 SSP/MS, Rua Niterói, 159, Centro, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado (nome do grupo formal ou informal ou fornecedor individual), situado à Av. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_, em (município), inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_, (para grupo formal), CPF sob nº \_\_\_\_ (grupos informais e individuais), doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei n° 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 002/2019 resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE FRANGO INTEIRO (SEMI-CAIPIRA) DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL **CONFORME §1º DO ART.14 DA LEI N.º 11.947/2009 E RESOLUÇÕES N.º 026/2013/CD/FNDE E, 004/2015/CD/FNDE/MEC** E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES. PEDIDO DE COMPRA Nº 013/2020 - ITEM DESERTO NA CHAMADA DE Nº 01, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública nº 002/2020, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R$ ( ).

1. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.
2. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presentecontrato.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | **\*Preço de Aquisição (R$)** |
| Código | Item | Descrição | Unid. | Qtde. | Valor unitário | Valor Total |
| **Código** | **Item** | **Descrição** | **Unid.** | **Qtde.** |  |  |
| 22501 | 21 | FRANGO INTEIRO SEMI-CAIPIRA. | KG | 3.000 | 15,83 |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Valor Total do Contrato =** |  |

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão a cargo das seguintes dotações orçamentárias:

|  |  |
| --- | --- |
| Órgão | **: PODER EXECUTIVO** |
| Unidade | **: GERENCIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA** |
|  |
| Órgão/Unidade | Função | Sub Função | Programa | Destino | Projeto/Atividade | Elemento de Despesa | Cod.Reduzido |
| **0105** | **12** | **306** | **502** | **2** | **21** | **339030070000** | **1564** |

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea “a”, e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade àfiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

1. Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
2. Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
3. Fiscalizar a execução docontrato;
4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial doajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizado culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho deAlimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

Opresentecontratorege-se,ainda,pelachamadapública nº001/2020, pela Resolução 026/2013/CD/FNDE e, 004/2015/CD/FNDE/MEC, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei n° 11.947/2009, em todos os seustermos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelaspartes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintescasos:

1. Por acordo entre aspartes;
2. Pela inobservância de qualquer de suascondições;
3. Por quaisquer dos motivos previstos emlei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato terá vigência da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante cronograma apresentado no item 7 do preâmbulo do edital ou até o dia **31/12/2020**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

Será responsável por fiscalizar a execução do presente contrato, a pessoa indicada no Ato intitulado “ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO” e publicado no extrato de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

Fica eleito o Foro da Comarca de Naviraí Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renuncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lida e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

*NAVIRAÍ-MS, \_\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_\_*

|  |  |
| --- | --- |
| **CAROLINE TOURO BELUQUE EGER****Ger. de Educ. e Cult. e Ord. de Desp. Conf. Dec. nº. 084/18****e Sup. da Fundação Cultural conf. Dec. nº. 035/17****Contratante** | ***.............................................................******CPF nº.******Contratada***  |
|  |  |

**DESIGNAÇÃO DO CONTRATO Nº\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_ .**

**PROCESSO Nº 029/2020**

**CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020**

**EMPRESA: .....................................................CNPJ Nº:.........................................................**

AQUISIÇÃO DE FRANGO INTEIRO (SEMI-CAIPIRA) DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL **CONFORME §1º DO ART.14 DA LEI N.º 11.947/2009 E RESOLUÇÕES N.º 026/2013/CD/FNDE E, 004/2015/CD/FNDE/MEC** E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES. PEDIDO DE COMPRA Nº 013/2020 - ITEM DESERTO NA CHAMADA DE Nº 01.

**Caroline Touro Beluque Eger**, Gerente de Educação e Cultura e Ordenadora de Despesas conforme Decreto nº. 084/2018 e Superintendente da Fundação Cultural conforme Decreto nº. 035/2017, brasileira, portadora do CPF/MF nº. 992.652.061-87 e Cédula de Identidade RG nº. 114.0551 SSP/MS, Rua Niterói, 159 - Centro;no uso de suas atribuições, designam os fiscais de Contratos, em conformidade com o art. 67 da Lei n° 8.666 de 21 de junho de 1993, e as Instruções Normativas nº 01 e nº 02/2017 do Controle Interno e a Resolução n° 54/2016do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul.

Art.1º Designar os servidores abaixo com o encargo de Fiscal do Contrato nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Gerência** Ordenadora de Despesa | **FISCAL TITULAR** | **FISCAL SUPLENTE** |
| Nome: | Matrícula | Nome: | Matrícula |
| Gerência de Educação e Cultura / Fundação de Cultura |   |   |   |   |

Art. 2ºSão atribuições do fiscal de contrato:

I- Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento docontrato;

II- Manifestar-se por escrito, em forma de relatório juntado aos autos, acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual tempestivamente, das irregularidades encontradas, das providências que determinaram os incidentes verificados e do resultado dessas medidas, bem como, informar por escrito à autoridade superior sobre ocorrências para ciência e apreciação paraprovidências;

III - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em resposta a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno eExterno;

IV - Propor mediante apreciação do Gestor a aplicação de sanções administrativa à contratada em virtude de inobservânciaoudesobediênciadascláusulascontratuaiseinstruçõeseordensdafiscalização;

V - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados, mediante relatório consolidado, para posterior pagamento;

VI - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinado; VII - Manifestar quanto à oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final davigência;

Art. 3º Dê ciência aos interessados.

Art. 4º Autue-se no processo.

Naviraí - MS,\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_.

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |
| **CAROLINE TOURO BELUQUE EGER**Ger. de Educ. e Cult. e Ord. de Desp. Conf. Dec. nº. 084/18e Sup. da Fundação Cultural conf. Dec. nº. 035/17 | ...............................................Nome:Matrícula: |

**ANEXO II - MODELO DE PROJETO DE VENDA**

**\* Modelo proposto para os Grupos Formais**

|  |
| --- |
| **PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE** |
| IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/**CHAMADA PÚBLICA Nº002/2020** |
| **I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES** |
| **GRUPO FORMAL** |
| 1. Nome do Proponente (associação/cooperativa) | 2. CNPJ |
| 3. Endereço | 4. Município/UF |
| 5- E-mail | 6. DDD/Fone | 7. CEP |
| 8- Nº DAP Jurídica | 9.Banco | 10.Agência Corrente | 11.Conta Nº da Conta |
| 12.Nº de Associados | 13.Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326/2006 | 14.Nº de Associados com DAP Física (Relação dos associados/cooperados) |
| Nome: | Daps: |
|  |  |
| 15. Nome do representante legal (Conforme estatuto e ata, observando quem tem poderes) | 16.CPF | 17.DDD/Fone |
| 18.Endereço | 19. Município/UF |
| **II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC** |
| NomePrefeitura de Naviraí -Gerência de Educação e Cultura | CNPJ03.155.934/0001-90 | MunicípioNAVIRAÍ – MS |
| EndereçoAvenida Amélia Fukuda – nº. 82- Centro | Fone(67) 3924-4082 |
| Nome do Representante LegalCaroline Touro BeluqueEger – Gerente de Educação e Cultura | CPF992.652.061-87 |
| E-maileducacao@navirai.ms.gov.br |
| **III–RELAÇÃO DE PRODUTOS** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | **\*Preço de Aquisição (R$)** |
|  |  |  |  |  | Valor unitário | Valor Total |
| **Código** | **Item** | **Descrição** | **Unid.** | **Qtde.** |  |  |
| 22501 | 21 | FRANGO INTEIRO SEMI-CAIPIRA. | KG | 3.000 | 15,83 |  |

|  |
| --- |
| Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento. |
| Local e Data: | Assinatura do Representante do Grupo Formal (conforme estatuto, associação/cooperativa) |  | Fone/E-mail: |
|  |  |

**\* Modelo Proposto para os Grupos Informais**

|  |
| --- |
| **PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE** |
| IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/**CHAMADA PÚBLICA Nº002/2020** |
| **I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES** |
| **GRUPO INFORMAL** |
| 1. Nome do Proponente | 2. CPF |
| 3. Endereço | 4. Município/UF | 5. CEP |
| 6. E-mail (quando houver) | 7. Fone |
| 8.Organizado por Entidade Articuladora( )Sim ( )Não | 9.Nome da Entidade Articuladora (quando houver) | 10. E-mail/Fone |
| **II – FORNECEDORES PARTICIPANTES** |
|  | 1. Nome do Agricultor (a) Familiar | 2.CPF | 3.DAP | 4. Banco | 5.Nº Agência | 6. Nº Conta Corrente |
|  |  |  |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| **III– IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC** |
| NomePrefeitura de Naviraí -Gerência de Educação e Cultura | CNPJ03.155.934/0001-90 | MunicípioNAVIRAÍ – MS |
| EndereçoAvenida Amélia Fukuda – nº. 82- Centro | Fone(67) 3924-4082 |
| Nome do Representante LegalCaroline Touro BeluqueEger – Gerente de Educação e Cultura | CPF992.652.061-87 |
| E-maileducacao@navirai.ms.gov.br |

|  |
| --- |
| **III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS** |
|  |
|  | 1. Identificação do Agricultor (a) Familiar | 2. Produto | 3.Unidade | 4.Quantidade | 5.Preço de Aquisição/Unidade | 6.Valor Total |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  | Total agricultor |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  | Total agricultor |
| **Total do projeto** |  |
| OBS: \* Preço publicado no Edital n 002/2020(o mesmo que consta na chamada pública). |

|  |
| --- |
| **IV – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | **\*Preço de Aquisição (R$)** |
| Código | Item | Descrição | Unid. | Qtd. | Valor unitário | Valor Total |
| 22501 | 15 | FRANGO INTEIRO SEMI-CAIPIRA. | KG |  | 15,83 |  |
| Valor total: | **R$**  |

|  |
| --- |
| Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento. |
| Local e Data: |  |  | Fone/E-mail: |
| Assinatura do Representante do Grupo Informal | CPF: |
|  |  |
| Local e Data: | Agricultores (as) Fornecedores (as) do Grupo Informal | Assinatura |
|  |  |

**\* Modelo Proposto para os Fornecedores Individuais**

|  |
| --- |
| **PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE** |
| IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/**CHAMADA PÚBLICA Nº002/2020** |
| **I- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR** |
| **FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL** |
| 1. Nome do Proponente | 2. CPF |
| 3. Endereço | 4. Município/UF | 5.CEP |
| 6. Nº da DAP Física | 7. DDD/Fone | 8.E-mail (quando houver) |
| 9.Banco | 10.Nº da Agência | 11.Nº da Conta Corrente |

|  |
| --- |
| **II- Relação dos Produtos** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | **\*Preço de Aquisição (R$)** |
|  |  |  |  |  | Valor unitário | Valor Total |
| **Código** | **Item** | **Descrição** | **Unid.** | **Qtde.** |  |  |
| 22501 | 21 | FRANGO INTEIRO SEMI-CAIPIRA. | KG | 3.000 | 15,83 |  |

|  |  |
| --- | --- |
| Valor total: | **R$**  |

|  |
| --- |
| **III – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC** |
| NomePrefeitura de Naviraí -Gerência de Educação e Cultura | CNPJ03.155.934/0001-90 | MunicípioNAVIRAÍ – MS |
| EndereçoAvenida Amélia Fukuda – nº. 82- Centro | Fone(67) 3924-4082 |
| Nome do Representante LegalCaroline Touro BeluqueEger – Gerente de Educação e Cultura | CPF992.652.061-87 |
| E-maileducacao@navirai.ms.gov.br |
| Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento. |
| Local e Data: | Assinatura do Fornecedor Individual |  | CPF: |
|  |  |

**ANEXO III**

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA DOS COOPERADOS/ASSOCIADOS

(GRUPOS FORMAIS)

O(A) (nome doGrupo Formal) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJnº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DAPjurídicanº \_\_\_\_\_\_\_\_ comsede \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representado(a)por(nomedorepresentantelegaldeacordocomoProjetodeVenda) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nos termos do Estatuto Social, DECLARA que se responsabilizará pelo controle do limite individual de venda de gêneros alimentícios dos Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural que compõem o quadro social desta Entidade, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP/ANO CIVIL/ENTIDADE EXECUTORA referente à sua produção, considerando os dispositivos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e demais documentos normativos, no quecouber.

Local, / /\_\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

**ANEXO IV**

DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR– PRODUÇÃO PRÓPRIA

**(GRUPOS FORMAIS)**

Eu \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,representante daCooperativa/Associação \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, comCNPJ/CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ eDAP Jurídicanº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_declaro, para fins de participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda são oriundos de produção dos cooperados/associados que possuem DAP física e compõem estacooperativa/associação.

Local,\_\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_\_.

Assinatura Pessoa Jurídica (conforme Estatuto/Ata)

**ANEXO V**

DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR– PRODUÇÃO PRÓPRIA PARA

**(GRUPOS INFORMAIS OU FORNECEDORES INDIVIDUAIS)**

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA (CHAMADAPÚBLICANº002/2020)

Eu \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,CPFnº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ eDAPfísicanº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro, para fins de participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda em meu nome são oriundos de produçãoprópria.

Local,\_\_\_\_ /\_\_\_\_ /\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura Pessoa Física

**ANEXOVI**

DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR– PROMOVER O ABASTECIMENTO EM DIA, HORÁRIO E LOCAL SOLICITADA NA ORDEM DE FORNECIMENTO

**(GRUPOS FORMAIS)**

Eu \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,representante daCooperativa/Associação \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, comCNPJ/CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ eDAP Jurídicanº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ declaro, para fins irei promover o abastecimento das unidades educacionais em dia, horário e local solicitadopela ordem de fornecimento dos produtos que compõe oPrograma Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que são gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda oriundos de produção dos cooperados/associados nos termos dasDAP Físicas e compõem estacooperativa/associação.

Local,\_\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_\_

Assinatura Pessoa Jurídica (conforme Estatuto/Ata)

**ANEXO VII**

DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR– PROMOVER O ABASTECIMENTO EM DIA, HORÁRIO E LOCAL SOLICITADA NA ORDEM DE FORNECIMENTO

**(GRUPOS INFORMAIS OU FORNECEDORES INDIVIDUAIS)**

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA (CHAMADAPÚBLICANº002/2020)

Eu \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,CPFnº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ eDAPfísica nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro, para fins irei promover o abastecimento da unidades educacionais em dia, horário e local solicitado pela ordem de fornecimento com os produtos que compõe o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que são gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda em meu nome oriundos de produçãoprópria.

Local, / /\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura Pessoa Física